

EDUCAÇÃO INFANTIL: APRENDENDO A HISTÓRIA DO ESPÍRITO SANTO POR MEIO DE LENDAS E CONTOS

Danyelly Pessini da Silva ¹Lorena Carla de Paula ²Rafaela Domingos Lago ³Vanuza Almeida Bezerra ⁴

RESUMO

O artigo analisa a importância do ensino de História local para as crianças da Educação Infantil, tendo como foco de investigação escolas do município de Vila Velha/ES. Considerou-se como eixo norteador as legislações e as orientações curriculares oficiais nacionais. Dentre as questões abordadas neste artigo destaca-se a proposta de se trabalhar o ensino da história e da cultura local e/ou regional do Espírito Santo por meio de lendas e contos. A pesquisa de caráter exploratório contou com a coleta de dados realizada através de um questionário aplicado através do *Google forms* para professores da rede pública e privada do município de Vila Velha. A partir dos dados obtidos, analisou-se de forma quantitativa e qualitativa sobre a prática pedagógica de educadores no que concerne ao ensino de história e da cultura local na Educação Infantil utilizando-se de lendas e contos. Os resultados da pesquisa indicaram uma lacuna na formação dos professores quando o tema contação de histórias é abordado, uma vez que os docentes utilizam essa ferramenta como recurso para acalmar as crianças e não com a intenção de produzir conhecimento. Concluiu-se que é de suma importância a inserção de contos e lendas locais na rotina de contação de histórias para que a história do Espírito Santo e a cultura local sejam apresentadas às crianças desde a educação infantil. As reflexões apresentadas no desenvolvimento da pesquisa objetivaram contribuir com práticas pedagógicas que valorizem o trabalho com a história local para a formação da identidade coletiva da criança, uma vez que a cultura contribui para o processo de identificação e como fonte de identidade cultural.

Palavras-chave. Educação Infantil. História. Identidade. Lendas. Contos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a utilização de contos e lendas como recurso metodológico para ensinar a história do Espírito Santo na Educação Infantil. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/96, em seu art. 26:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio. E-mail: danyelly.silva@sounovomilenio.com.br

² Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio. E-mail: lorena.paula@sounovomilenio.com.br

³ Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Novo Milênio. Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora de Pós-graduação e Pesquisa da Faculdade Novo Milênio. E-mail: rafaela.nunes@novomilenio.br

⁴ Professora da Faculdade Novo Milênio. Mestre pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas. Coordenadora do Núcleo de Orientação Psicopedagógica. E-mail: vanuza.bezerra@novomilenio.br

diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2019, p. 19).

Entretanto, apesar do currículo da Educação Infantil ter uma base nacional comum, a LDB destaca que as ações pedagógicas propostas para as crianças devem também abordar questões culturais em suas manifestações locais e regionais. Na mesma perspectiva, os documentos norteadores curriculares, as Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orientam para que o currículo envolva ações pedagógicas lúdicas no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Podemos observar que é estabelecida a importância da ação docente no sentido de considerar as especificidades históricas e as diversidades culturais de cada região, bem como a utilização de formas lúdicas para tratar a temática. As DCNEI corroboram com o que foi dito anteriormente ao definir a criança como:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, [...] aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

E mais, as DCNEI estabelecem que a escola deve “articular experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (BRASIL, 2010, p. 12).

De acordo com Stuart Hall (2006, p. 8), “nossas identidades surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e acima de tudo nacional”. O sociólogo afirma ainda que, a identidade do sujeito pós-moderno é formada e transformada dia a dia, modificando de acordo com as formas representadas ou interpretadas nos e pelos diferentes sistemas culturais.

Sabe-se que os patrimônios históricos – materiais⁵ e imateriais⁶ – são fundamentais para a valorização da história e cultura local, para desenvolvimento do senso de pertencimento e identidade coletiva.

De acordo com Pelegrini (2007, p.91), “a atribuição de valores e simbologias a determinados bens materiais ou imateriais adquire, no decorrer do tempo histórico, sentidos e vivências subjetivas, determinadas pela relação que esses objetos estabelecem com os sujeitos ou grupos sociais”.

Portanto, as diversas formas de abordagem da história local desde os primeiros anos da educação básica contribuem para a construção de conhecimento, senso de identidade e pertencimento do sujeito a determinada cultura.

Acredita-se que o ensino sobre a história e cultura local, como a do Espírito Santo, para as crianças da educação infantil a partir de uma abordagem lúdica consiste numa proposta de renovação da educação, da escola e do ensino de História, visando superar a fragmentação entre as disciplinas e promover o diálogo entre elas (FRANÇA, 2013).

De acordo com Costa e Ribeiro (2017), a contação de história, estimula a curiosidade, o imaginário e a construção de ideias, além de ampliar conhecimentos e fazer com que a criança vivencie situações.

Compreende-se a relevância do professor inovador dentro de sala de aula, pois seu papel é de extrema responsabilidade para o auxílio na formação da identidade, do ensino e aprendizagem do aluno. De acordo com Edler (2007, p.64) em sala de aula, “muitas das barreiras podem ser enfrentadas e superadas graças à criatividade e a vontade do professor que se percebe como profissional da aprendizagem em vez de ser o tradicional profissional do ensino”.

⁵ Segundo o Decreto-Lei nº25/1937, patrimônio material é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL. **Decreto-Lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 12/11/2020).

⁶ Patrimônio cultural imaterial é uma concepção que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em homenagem à sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de patrimônio imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições (BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 12/11/2020).

Segundo França (2013, p.203) a aplicação do conteúdo histórico do Espírito Santo na Educação Infantil visa contribuir no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, fazendo com que entendam sua história e identifiquem a importância e o sentido da valorização cultural.

Pensar em adaptar as lendas e contos na aprendizagem dos alunos da Educação Infantil é pensar em remover barreiras e inserir a História desde o início da sua vida escolar. Para Gerlin e Rosemberg (2012, p. 3) “esse tipo de texto narrativo é importante para o desenvolvimento do indivíduo, na medida em que contribui para a compreensão de aspectos sociais, históricos, ambientais, educacionais e outros pertencentes ao universo capixaba”. Fasanelo e Porto (2012, p.127) destacam que:

Um objetivo da incorporação dos contos tradicionais e da arte de contar histórias é ampliar o potencial e os recursos dos educadores, de modo a que estimulem o valor educativo da metáfora (histórias) e utilizem-na como instrumento de trabalho dentro da escola nas diversas disciplinas e ocasiões.

Visto que Vila Velha é uma cidade histórica e possui muitos patrimônios históricos culturais e naturais, dentre eles o Forte de São Francisco Xavier da Barra, a Casa do pintor Homero Massena, a Estação Ferroviária Pedro Nolasco, o Morro do Moreno, o Morro do Penedo, o Parque Ecológico de Jabaeté, o Convento de Nossa Senhora da Penha, entre outros e possui contos e lendas abordando sua história é possível utiliza-las como recurso no ensino da história local.

Por fim, a busca pelo sucesso da aprendizagem do aluno por meio de diversas práticas e métodos é um campo de pesquisa em que muitos professores tem se debruçado. Diante disso, o presente artigo constitui num esforço investigativo e de análise sobre o ensino de História local e/ou regional na Educação Infantil, fundamentado nas legislações e nas orientações curriculares dos documentos norteadores oficiais nacionais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de um questionário direcionado a professores da educação infantil do município de Vila Velha - ES pelo do *Google forms*. A utilização do formulário virtual justifica-se pelo fato de que no período de realização das pesquisas de campo em escolas, o Espírito Santo, bem como as demais escolas do

Brasil, encontrava-se fechadas devido às medidas de isolamento estabelecidas no contexto de pandemia causada pelo Covid-19.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário entre 22 de agosto e 8 de setembro de 2020. Foram obtidas 93 respostas de professores da educação infantil, sendo 77 professores da rede pública, 15 professores da rede privada e 1 professor atuante na rede pública e privada. As diferenças no tempo de atuação dos professores na educação infantil possibilitaram a análise da formação dos educadores, ou seja, a inclusão da temática sobre o ensino de história local nas disciplinas do currículo instituições de ensino superior no curso de pedagogia.

A partir do banco de dados também foi possível fazer uma análise quantitativa, com estatísticas e percentuais das informações coletadas, e qualitativa, considerando as respostas discursivas criadas pelos professores do ensino infantil de redes privadas e públicas de ensino de Vila Velha/ES.

Segundo Gil (2002, p. 178), “para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido”. Ele ainda afirma que:

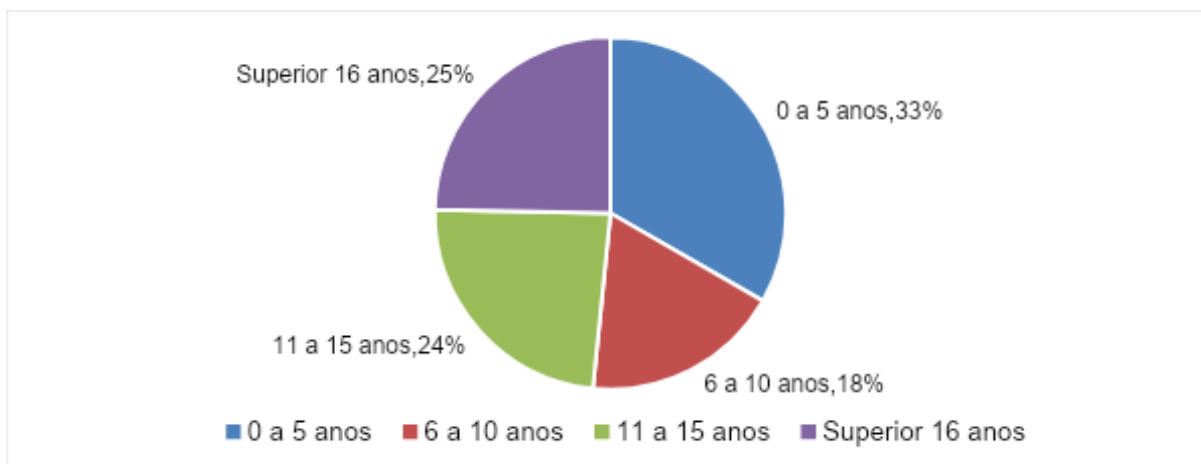
O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo. Estas notas possibilitam registrar o processo e constituem importante ajuda para o desenvolvimento conceituais. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo. A finalidade da análise não é simplesmente descrevê-los, mas promover algum tipo de explicação. (GIL, 2002, p.176).

Por fim, utilizou-se também como método a pesquisa bibliográfica e como referencial teórico o sociólogo Stuart Hall e seus conceitos sobre cultura e identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das primeiras informações obtidas no formulário foi o tempo de experiência dos professores na educação infantil. Vejamos:

GRÁFICO 1. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS DE VILA VELHA/ES



Fonte: Formulário desenvolvido com a ferramenta *Google forms* para produção do TCC. 2020.

Observa-se no gráfico que a maior parte dos professores (33%) possui até cinco anos de experiência na educação infantil. Em seguida nota-se aqueles que estão há mais tempo na docência (25%), ou seja, com mais de 16 anos de profissão. Com pouca diferença destacam-se os professores entre 11 e 15 anos de experiência (24%) e, por fim, entre 6 e 10 anos de experiência (18%). Os dados dão indícios da diversidade do período de ingresso dos professores em cursos de pedagogia, enquanto discentes, e da formação dos mesmos, que passaram, inclusive, por currículos diferentes ao longo do tempo.

No que diz respeito à idade, há 3 professores com idade entre 20 e 29 anos, 67 professores com idade entre 30 e 49 anos e 23 professores com idade superior a 50 anos. Como era de se esperar, a idade dos professores não tem necessariamente uma relação direta com o tempo de experiência, pois o curso de pedagogia tem atraído alunos de diferentes faixas etárias.

Observou-se no questionário, de forma unânime, que os professores consideram a contação de histórias como sendo um recurso importante na sala de aula, e afirmam que tal prática influencia de alguma forma no desempenho das crianças. Entretanto, é possível perceber que não há nas respostas uma intencionalidade ao se utilizar a contação de histórias no sentido de auxiliar no desenvolvimento da identidade da criança e sim para outros fins como: concentração, imaginação, aumento do vocabulário, dentre outros.

Para Stuart Hall (2006, p.37), “a formação do eu no “olhar” do outro, inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é assim, o momento de

sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual”.

A respeito da importância da valorização da história local, Pelegrini afirma que (2007, p.91) a atribuição de valores e simbologias a determinados bens materiais ou imateriais adquire, no decorrer do tempo histórico, sentidos e vivências subjetivas, determinadas pela relação que esses objetos estabelecem com os sujeitos ou grupos sociais. Portanto, a abordagem da história local, desde os primeiros anos da educação básica, contribui para a construção de conhecimentos para a identidade e pertencimento do sujeito à uma determinada cultura.⁷

A concepção de criança apresentada na BNCC é a de um sujeito ativo e participante do seu processo de formação, e nela o professor tem um papel fundamental, pois sua ação pedagógica deve ser imbuída de intencionalidade educativa. A criança precisa ser motivada a conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados.

Segundo a BNCC, cabe ao professor, “refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL/BNCC, 2017. p. 35).

Um dos conceitos apresentados por Stuart Hall (2006) sobre a identidade é o de que a identidade do sujeito pós-moderno é formada e transformada cotidianamente, sendo modificada de acordo com as formas representadas ou interpretadas nos e pelos diferentes sistemas culturais.

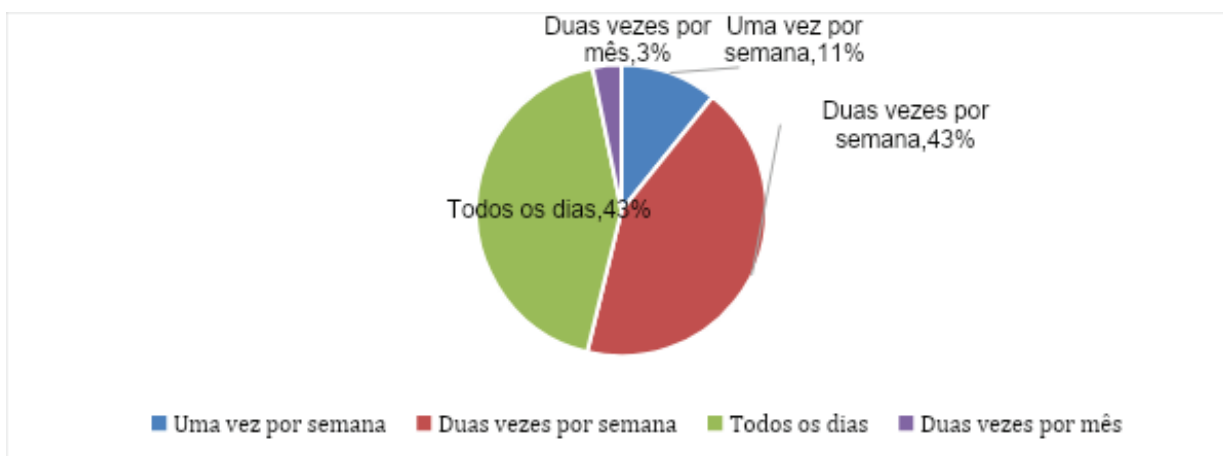
Hall (2006) chama atenção para um fato alarmante. A saber, que as identidades correspondentes a um determinado mundo social estão em declínio, visto que a história cultural está se perdendo, e com isso há o surgimento de novas identidades e nelas não se observa a valorização da cultura local. Para o sociólogo, “em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2006, p.39). Também destaca que

⁷ Cultura: Conjunto de hábitos, crenças e conhecimentos de um povo ou um determinado grupo artístico (literário, dramático, musical, derivado de artes plásticas etc.) que cultiva, de algum modo, um padrão estético semelhante.

“as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (HALL, 2006, p.47).

De volta aos dados, observamos a frequência da contação de histórias em salas de aula na educação infantil no município de Vila Velha.

GRÁFICO 2. FREQUÊNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS EM SALAS DE AULA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS DE VILA VELHA/ES



Fonte: Formulário desenvolvido com a ferramenta *Google forms* para produção do TCC. 2020.

De acordo com o gráfico 43% dos professores utilizam a contação de histórias como recurso diário. O mesmo percentual de docentes (43%) usa o recurso duas vezes na semana. Os demais contam histórias uma vez por semana (11%) e duas vezes por mês (3%).

Diante do exposto, e considerando as respostas discursivas na entrevista, compreende-se que mesmo considerando importante, de forma unânime como visto anteriormente, há professores que não incluem a contação de histórias no seu planejamento diário, devido à falta de tempo ou até mesmo a falta de materiais disponíveis na escola.

Considera-se, no entanto, significativo, o índice de 86% dos professores utilizarem o método diariamente ou, no mínimo, duas vezes na semana. Ou seja, observa-se a busca do professor no sentido de criar aulas utilizando-se do lúdico para que o processo de ensino aprendizagem do aluno seja efetivo e interessante. Segundo Edler (2007, p.64) “em sala de aula, muitas das barreiras podem ser enfrentadas e superadas graças à criatividade e à vontade do professor que se percebe como profissional da aprendizagem em vez de ser o tradicional profissional do ensino”.

De acordo com Costa e Ribeiro (2017), a contação de história estimula a curiosidade, o imaginário, a construção de ideias, expandindo conhecimentos e fazendo com que a criança vivencie situações. Os pesquisadores acreditam que este ato contribui para o desenvolvimento do imaginário, do lúdico e pode influenciar no crescimento intelectual da criança. As definições para contação de histórias são extensas e podem variar de acordo com o contexto em que está inserida, levando em consideração os fatores que nela serão destacados.

A trajetória do ensino de História revela que os profissionais da educação e a família precisam estar mais atentos ao processo de entendimento de que História não é constituída apenas de datas consideradas importantes para serem decoradas ou comemoradas. De acordo com Hall (2006, p.51) as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades:

O sujeito sociológico que refletia a crescente complexidade do mundo moderno era formado na relação com "outras pessoas importantes para ele", que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele habitava. Dando sentido a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. (HALL, 2006, p.10)

Para França (2013, p.203) a aplicação do conteúdo histórico do Espírito Santo na Educação Infantil visa contribuir no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, fazendo com que entendam sua história e identifiquem a importância e o sentido da valorização cultural.

Quando abordada a temática da história local, observou-se que 49,5% dos professores afirmam conhecer as lendas e contos da cidade, 47,3% conhecem pouco e 3,2% não conhecem. Ou seja, mais da metade dos professores que participaram da entrevista sabem pouco ou desconhecem os contos e lendas locais.

Esse tipo de texto narrativo é importante para o desenvolvimento do indivíduo, na medida em que contribui para a compreensão de aspectos sociais, históricos, ambientais, educacionais e outros pertencentes ao universo capixaba (GERLIN; ROSEMBERG, 2012, p.3).

Nota-se que os professores incluem a lenda do Convento de Nossa Senhora da Penha no plano de ensino do mês de agosto, que é o período do folclore ou no mês de maio, quando no dia 23 é comemorado o aniversário da cidade, caracterizando assim o ensino local aplicado. O fato é que a maioria dos professores desconhecem

outras lendas ou contos locais e possibilidades de se trabalhar as histórias para além de comemoração do folclore ou do aniversário de Vila Velha e tornar possível a leitura diária da história local caracterizando a lenda na sala de aula.

Para Haurélio, (2009, p.5):

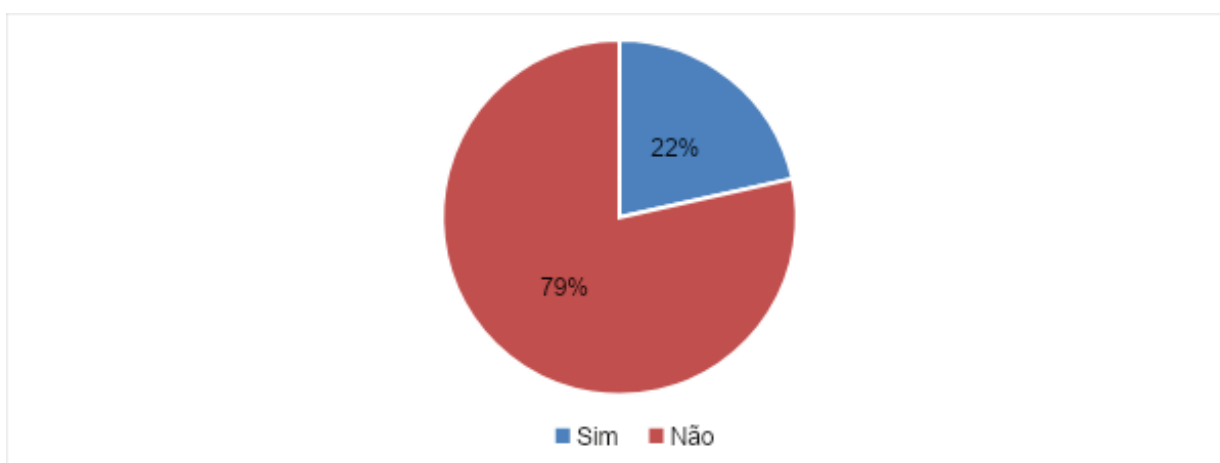
Lenda vem de ler, como legenda vem do latim *legere*: é o que deve ser lido. Era costume nos conventos e mosteiros, desde os primeiros tempos da era cristã, fazer cada dia, à hora das refeições em comum, nos vastos refeitórios, a leitura da vida do santo que dava o nome do dia. Daí o chamar-se lenda o trecho a ser lido.

Para Santos e Magalhães (2018, p.10) contar histórias para crianças de forma lúdica contribui para o seu desenvolvimento e sua aprendizagem, além de tornar a atividade mais significativa. Sabe-se que os mitos, contos e lendas foram criados como forma de compreendermos mistérios que nos escapam (OLIVEIRA, 2009, p.22). Fasanelo e Porto (2012, p.127) destacam ainda que:

Um objetivo da incorporação dos contos tradicionais e da arte de contar histórias é ampliar o potencial e os recursos dos educadores, de modo a que estimulem o valor educativo da metáfora (histórias) e utilizem-na como instrumento de trabalho dentro da escola nas diversas disciplinas e ocasiões.

Retomando a pesquisa realizada, os dados demonstraram ainda que a formação mais recente dos professores traz no currículo a importância da história local, uma vez que professores com mais de 10 anos de formação sinalizaram não terem tido durante a graduação, a disciplina de ensino de História voltada para a história local. E devido à falta de conhecimento utilizam outras histórias no seu planejamento.

GRÁFICO 3. PROFESSORES QUE DURANTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA CURSARAM UMA DISCIPLINA QUE ABORDAVA A HISTÓRIA LOCAL



Fonte: Formulário desenvolvido com a ferramenta *Google forms* para produção do TCC. 2020.

GRÁFICO 4. PROFESSORES QUE UTILIZAM LENDAS E CONTOS NO PLANEJAMENTO ESCOLAR



Fonte: Formulário desenvolvido com a ferramenta *Google forms* para produção do TCC. 2020.

Observou-se durante a pesquisa que os professores buscam incluir as lendas e contos no planejamento escolar. No formulário, 69 professores informaram que trabalham a lenda do convento na sala de aula com os alunos da Educação Infantil de Vila Velha.

Explorar as lendas e contos é uma possibilidade para o professor apresentar tanto a história e a cultura de forma lúdica, despertando o interesse da criança, quanto conhecer os pontos turísticos e patrimônios da cidade, ou seja, incentiva a criança a querer conhecer sua cidade e entender sua cultura. Na cidade de Vila Velha os professores estão limitados à lenda do Convento da Penha para trabalhar as lendas locais.

Contudo, como dito anteriormente, existem outras lendas e contos que possibilitam o professor explorar a história local. A saber, a história do milagre da Penha, que retrata a morada do franciscano Pedro Palácios em uma caverna ao pé do morro onde seria construído o Convento da Penha. Outra história é a do Negro Bino e o Convento da Penha, que detalha a construção do Convento da Penha e traz o significado da festa e das romarias que acontecem tradicionalmente na cidade. Existe também a história do Vasco do Espírito Santo (ANEXO), que expõe parte do Tratado

Descritivo do Brasil em 1587 por Gabriel Soares de Sousa. E mais! A lenda da maleta de Homero Massena (ANEXO), que trata do pintor e um pouco de sua história e, por fim, a lenda do Morro do Moreno (ANEXO), que descreve o local e identifica suas trilhas apertadas e belezas naturais.

Ou seja, existem diversas histórias, contos e lendas que abordam a cultura e história local, personagens importantes que viveram no Espírito Santo e lugares que são considerados patrimônio históricos e pontos turísticos de Vila Velha. A falta de conhecimento/capacitação dos professores a respeito desse conteúdo, bem como dos recursos disponíveis para a realização das aulas, como as muitas lendas, reflete na dificuldade de construção de uma identidade coletiva dos alunos, bem como do senso de pertencimento e de valorização da cultura local.

Acredita-se que, enquanto professores, se nos conscientizarmos da importância e, de fato, levarmos para sala de aula a história local, como na educação infantil de forma lúdica, será possível educar as crianças para que sejam indivíduos que conhecem e valorizam a história, a cultura, os patrimônios de sua cidade, de seu estado e que se veem integrantes, pertencentes a uma cultura e região. Agentes que agem no sentido de preservar e de cuidar do espaço, buscando o melhor para a comunidade em que vivem.

CONCLUSÃO

O artigo constitui num esforço investigativo e de análise sobre o ensino de História local e/ou regional na Educação Infantil, fundamentado nas legislações e nas orientações curriculares dos documentos norteadores oficiais nacionais, e é perceptível uma lacuna na formação dos professores quando o tema contação de histórias é abordado, uma vez que os docentes utilizam essa ferramenta como recurso para acalmar as crianças e não com a intenção de produzir conhecimento.

Os professores afirmam que o momento de leitura para as crianças ocorre após o recreio ou depois das aulas de educação física, pois seriam os momentos em que as crianças estariam agitadas. No que concerne à contação de histórias local/regional os professores afirmaram não ter conhecimento de histórias para trabalhar em sala de aula a não ser a lenda do Convento da Penha.

Sabendo que as identidades correspondentes a um determinado mundo social estão em declínio, visto que a história cultural está se perdendo, e com isso há o surgimento de novas identidades e nelas não se observa a valorização da cultura local.

Conclui-se que é de suma importância a inserção de contos e lendas locais na rotina da contação de histórias para se repensar a prática pedagógica, fruto do diálogo da equipe pedagógica e do professor, para que a história do Espírito Santo e a cultura local sejam apresentadas às crianças.

Por fim, as análises realizadas no presente trabalho objetivaram lançar luz às práticas pedagógicas que tratem da importância da história local para a formação da identidade coletiva da criança. Vale repetir o que bem afirma Stuart Hall (2006), o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, por isso a cultura é vista como imprescindível para esse processo de identificação, como fonte de identidade cultural, que produz sentido sobre o lugar de nascimento e/ou moradia do indivíduo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019, 87p. Disponível em: [//www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 20/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010, 36p. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 20/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2017, 600p. Disponível

http://basenacionalcomum.mec.gov.brNCC_E_110518versaofinalsite.pdf Acesso em: 20/09/2020.

COSTA, Patrícia E. e RIBEIRO, Janete S. M. A importância de contar história na educação infantil. **Revista eletrônica científica Inovação e Tecnologia**. v.8, n.22, 2017, 18p.

EDLER, Carvalho Rosita. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 7º ed. Porto Alegre: Mediação, 2007, 174p.

FASANELLO, Marina T.; PORTO, Marcelo F.de Souza. **A arte de contar histórias, integrada a outras linguagens de arte: uma prática pedagógica na educação básica**. Pro-Posições, v. 23, n. 3 (69), set. /dez. 2012. 12p.

FRANÇA, Marileide Gonçalves. **No entrelaçar das complexas tramas políticas e sociais da inclusão escolar: o trabalho do professor de educação especial**. Vitória, ES. 2013. 360p.

GERLIM, Meri Nadia Marques, ROSEMBERG, Dulcinea Sarmento. **As lendas capixabas no ambiente virtual e a produção de competência leitora na escola e no mundo**. Rio de Janeiro, 2012. 20p. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/1330>> Acesso em: 08/10/2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002, 176p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. São Paulo, ed. DP&A. 11ª edição, 2006, 104p.

HAURÉLIO, Marco. **Lendas do folclore capixaba**. São Paulo, ed. Nova Alexandria, 2009, 48p.

MILÊNIO, Faculdade N. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos – META**. Vila Velha, ES, 2020, 104p.

OLIVEIRA, Maria L., **O trabalho educativo em pesquisa**. São Paulo, Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 193p.

PELEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletiva**. UNESP _ FCLAs _ CEDAP, v.3, n.1, 2007, 14p.

SANTOS, Ana Carla dos S. e MAGALHÃES, Cristiane M. **Ouvir e Contar**: a importância da contação de histórias na educação básica. Editora realize, 12p.

Disponível

em:<

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID11290_17092018135936.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

